ACÓRDÃO TC-1059/2016 – SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO - TC-3470/2016

JURISDICIONADO - CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RESPONSÁVEL - ELIZEU RIBEIRO DE SOUZA

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2015
– REGULAR – QUITAÇÃO – ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Câmara Municipal de Jaguaré, sob a responsabilidade do Sr. Elizeu Ribeiro de Souza.

Após a análise inicial da SecexContas - Secretaria de Controle Externo de Contas foi elaborado o Relatório Técnico (RT) nº 0319/2016, bem como a Instrução Técnica Conclusiva - ITC n.º 2752/2016, opinando pela regularidade das contas da Câmara Municipal de Jaguaré, relativas ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Senhor Elizeu Ribeiro de Souza, sugerindo que seja dada a devida quitação ao responsável, na forma dos arts. 84, I e 85, da Lei Complementar nº 621/2012.

Instado a se manifestar nos autos, o douto Ministério Público de Contas emitiu Parecer (fl. 27), subscrito pelo Procurador de Contas, Dr. Luciano Vieira, opinando

no mesmo sentido da Área Técnica pela regularidade das contas do Poder Legislativo Municipal de Jaguaré.

Em síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES tem suas competências previstas nos artigos 31, § 1º, 71 a 75, da Constituição Federal; nos artigos 71 a 75 da Constituição Estadual; e na Lei Complementar nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCEES, de forma que, dentre as competências a ele atribuídas, destaca-se a avaliação dos atos de gestão dos ordenadores de despesas e administradores públicos em geral, refletido nos resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, traduzidos nas contas anuais por ele prestadas, com o consequente julgamento pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

No tocante ao prazo, a Prestação de Contas Anual foi encaminhada através do sistema Cidades-Web, sendo recebida em 28/03/2016 e homologada em 01/04/2016, nos termos do artigo 139 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TC 261/2013, portanto, dentro do prazo estabelecido pela legislação.

A Lei Orçamentária Anual nº 1.213/2014 do Município de Jaguaré estimou a receita e fixou despesa do Poder Legislativo em R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais).

Os documentos apresentados pelo gestor possibilitaram aferir a execução orçamentária da despesa, evidenciada no Balanço Orçamentário, no montante de R\$ 2.771.106,01 (dois milhões setecentos e setenta e um mil cento e seis reais e um centavo), que corresponde a **97,23%** das despesas autorizadas, conforme **Tabela 01**, à fl. 8.

Denota-se, ainda, o fiel cumprimento das normas relativas à gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como o cumprimento dos limites legais e constitucionais inerentes a despesas com pessoal e remuneração de vereadores.

No que concerne ao limite de despesa com pessoal do Poder Legislativo, o art. 20, III, “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece o limite de 6% da receita corrente líquida do município.

Tal limite foi devidamente respeitado no caso em tela, posto que o valor total de despesa com pessoal atingido pelo Legislativo foi de R\$ 2.055.498,77 (dois milhões cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos), correspondente a **2,64%** da receita corrente líquida.

Não foram constatadas inconformidades concernentes ao pagamento dos subsídios dos vereadores, sendo apurado corpo técnico deste Tribunal, tendo por base informações e documentações apresentadas pelo responsável, o total de R\$ 661.396,56 (seiscentos e sessenta e um mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 0,97% da receita total do município.

Desta feita, as despesas e os valores gastos com folha de pagamento da Câmara Municipal de Jaguaré, encontram abaixo dos limites legais e constitucionais estabelecidos.

Cabe constar, ainda, que os pagamentos relacionados às obrigações previdenciárias, para Regime Geral de Previdência e Regime Próprio de Previdência Social, foram devidamente recolhidos, conforme detalhado pela área técnica, bem como não há dívidas decorrentes de parcelamentos previdenciários.

Diante de tais considerações, não havendo inconsistências, tenho que devem ser consideradas regulares as contas do gestor.

DECISÃO

Ante ao exposto, encampando o entendimento da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** para que sejam julgadas **REGULARES** as contas da **Câmara Municipal de Jaguaré**, sob a responsabilidade do Sr. Elizeu Ribeiro de Souza, relativas ao **exercício de 2015**, na forma do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 621/2012, dando **quitação** ao responsável, nos termos do art. 85, do mesmo diploma legal.

Dê-se ciência ao interessado e, após o trânsito em julgado, **arquite-se**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3470/2016, **ACORDAM** os Srs. conselheiros da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, à unanimidade, **julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Jaguaré, referente ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do senhor Elizeu Ribeiro de Souza, dando-lhe a devida **quitação**, com fundamento no artigo 84, inciso I, c/c o artigo 85, da Lei Complementar Estadual nº 621/2013, **arquivando-se** os presentes autos após o trânsito em julgado, nos termos do voto do relator, conselheiro Domingos Augusto Taufner.

Composição

Reuniram-se na Segunda Câmara para julgamento os senhores conselheiros Sérgio Manoel Nader Borges, presidente, Domingos Augusto Taufner, relator, e José Antônio Almeida Pimentel. Presente, ainda, o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, procurador especial de contas em substituição ao procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2016.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Relator

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

Fui presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Procurador especial de contas em substituição ao procurador-geral

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

Secretário-adjunto das sessões